

A ACUMULAÇÃO POR DESPOSSessão NA ANÁLISE DO *LAND GRABBING*¹

Lorena Izá Pereira

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

E-mail: iza.pereira@unesp.br

Resumo

Historicamente o capital necessita de novos territórios para garantir a sua acumulação. Em um contexto de convergência de múltiplas crises, globalização, neoliberalismo, mudanças geopolíticas globais e crise de sobreacumulação [iniciada ainda na década de 1970] desencadeia ainda mais a demanda por ajustes espaciais, resultando em uma verdadeira corrida mundial por terras, aqui chamada de *land grabbing*². Este cenário único, além de novos agentes, também exige novas formas de acesso e controle do território, no qual são utilizadas novas estratégias [não descartando a recriação de antigas] pelos agentes do capital. Neste contexto Harvey (2003) formulou a acumulação por despossessão, que apesar das críticas é a principal vertente utilizada nos estudos de *land grabbing* especialmente na ciência geográfica. O objetivo deste artigo é debater sobre a acumulação primitiva e por despossessão relacionando-as com a materialização do *land grabbing*.

Palavras-chave: Acumulação primitiva; Acumulação por despossessão; Ajustes espaciais; Desterritorialização.

THE ACCUMULATION BY DEPOSSESSION IN THE LAND GRABBING ANALYSIS

Abstract

Historically, the capital needs new territories to ensure its accumulation. In a context of convergence of multiple crises, globalization, neoliberalism, global geopolitical changes and overaccumulation crisis [started even in the 1970s], it further provokes the demand for spatial fix, resulting in a real world land rush, here called land grabbing. This unique scenario, in addition to new agents, also requires new forms of access and control of the territory, in which new strategies [not discarding old re-creation] by the agents of capital are used. In this context, Harvey (2003) formulated the accumulation by dispossession, which despite the critics is the main slope used in the studies of land grabbing especially in geographic science. The purpose of this article is to discuss primitive accumulation and dispossession by relating them to the materialization of land grabbing.

Keywords: Primitive accumulation; Accumulation by dispossession; Spatial fix; Desterritorialization.

LA ACUMULACIÓN POR DESPOSIÓN EN EL ANÁLISIS DEL *LAND GRABBING*

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Por decisão teórico e metodológica optamos em não traduzir a expressão *land grabbing*. Primeiramente porque não há uma tradução para o português e, em segundo lugar, entendemos que o debate sobre a expressão seria tema para outro artigo, especialmente devido a sua complexidade.

Resumen

Históricamente el capital necesita nuevos territorios para garantizar su acumulación. En un contexto de convergencia de múltiples crisis, globalización, neoliberalismo, cambios geopolíticos globales y crisis de sobreacumulación [iniciada aún en la década de 1970] desencadenan aún más la demanda por ajustes espaciales, resultando en una verdadera carrera mundial por tierras, aquí llamada land grabbing. Este escenario único, además de nuevos agentes, también exige nuevas formas de acceso y control del territorio, en el que se utilizan nuevas estrategias [no descartando la recreación de antiguas] por los agentes del capital. En este contexto Harvey (2003) formuló la acumulación por desposesión, que a pesar de las críticas es la principal vertiente utilizada en los estudios de land grabbing especialmente en la ciencia geográfica. El objetivo de este artículo es debatir sobre la acumulación primitiva y por desposesión relacionándolas con la materialización del land grabbing.

Palabras clave: Acumulación primitiva; Acumulación por desposesión; Ajustes espaciales; Despojo.

Introdução

Em um contexto caracterizado pela convergência de múltiplas crises – alimentar, ambiental, climática, energética e especialmente por uma crise de sobreacumulação (HARVEY, 2003) e mudanças geopolíticas globais como a emergência de blocos econômicos, como BRICS³ e *Middle Income Countries* (MICs) e nova ordem mundial multipolar (OLIVEIRA, 2016), intensifica-se a necessidade de novos ajustes espaciais (HARVEY, 2003). Neste cenário que emerge a corrida mundial por terras, chamada convencionalmente de *land grabbing*⁴, compreendido como transações (trans)nacionais de terra que envolve a alteração da territorialidade para atender as demandas do capital externo e garantir a acumulação do mesmo (BORRAS JR. e FRANCO, 2010).

Desde o ápice da crise financeira em 2008, as transações envolvendo terras apresentam aumento exorbitante. Como a ciência acompanha o movimento da realidade, há um número considerável de pesquisas sobre o processo, algumas focadas na financeirização (SASSEN, 2013; SPADOTTO, SAWELJEW, FREDERICO e PITTA, 2017), outras nos impactos (COTULA, 2014; GILBERT, 2017) e nas resistências (ALONSO-FRADEJAS, 2015; MOREDA, 2015). Outro ponto bastante debatido nas pesquisas acerca do *land grabbing* é a sua relação com a acumulação por despossessão, originalmente trazida por David Harvey na sua obra “O novo imperialismo” (2003) como *accumulation by dispossession* (AbD). Autores como Sassen (2010), Moyo, Yeros e Jha (2012), Adnan (2013) e Hall (2013) são alguns dos

³ Ascensão especialmente da China através de sua política de expansão *going out* da década de 1990.

⁴ Como é um processo em evidencia, há muitas pesquisas e, especialmente termos para se referir ao *land grabbing*. Há pesquisas que se referem ao processo como *land rush* (COTULA, 2012), *new enclosures* (COLUTA, 2013), outras como *large scale land deals* (SMALLEY e CORBERA, 2012). Para o português o processo foi traduzido como estrangeirização da terra (FERNANDES, 2011; LEITE, 2018). Enfatizamos que não compreendemos o *land grabbing* como sinônimo de estrangeirização, visto que o primeiro não considera a nacionalidade do capital.

pesquisadores que têm se dedicado a entender o *land grabbing* a partir da acumulação por despossessão.

É nesta discussão que está centrado o objetivo deste artigo, que é o debate da acumulação por despossessão no processo de *land grabbing*. A ideia – ou necessidade – de redação deste artigo surgiu a partir da crítica enfrentada durante a pesquisa de doutorado em desenvolvimento. Ao dissertar sobre o então chamado *land grabbing* através da ciência geográfica, em todos os espaços de diálogo era nos alertado sobre a necessidade do *land grabbing* envolver necessariamente a acumulação por despossessão, especialmente por esta ser cunhada – ou atualizada – por um geógrafo. As questões que há tempos nos acompanham são: 1) será que todo processo de *land grabbing* envolve obrigatoriamente a acumulação por despossessão? 2) a acumulação por despossessão é a única contribuição da Geografia para os estudos de *land grabbing*? A resposta para ambas questões é não.

Mesmo sendo uma teoria academicamente bem aceita, há críticas muito bem abordadas por Levien (2012, 2013 e 2014). Contudo, a teoria criada por Harvey (2003), ou melhor, a atualização da teoria da acumulação primitiva - ou acumulação originária - de Karl Marx (1970)⁵ está estritamente relacionada com a atual corrida mundial por terras, pois, nos seus limites, nos permite compreender a dinâmica do capital na incorporação de novos territórios para superação de crises de sobreacumulação, através ajustes espaciais (HARVEY, 2003). Segundo Hall (2013, p. 1.582) “these concepts have been crucial to efforts to understand the land grab in terms of the creation, expansion and reproduction of capitalist social relations, of accumulation by extra-economic means, and of dispossessory responses to capitalist crises”.

Neste sentido, o artigo está estruturado em duas seções. Primeiramente exporemos sobre a assim chamada acumulação primitiva (MARX, 1970) e debateremos acerca das diferentes concepções de acumulação por despossessão, incluindo aquelas visões críticas e, em um segundo momento, discutiremos sobre a relação entre a acumulação por despossessão e o *land grabbing*, com o intuito de superar discursos como o fato do *land grabbing* envolver necessariamente a acumulação por despossessão e a violência física como forma exclusiva de despossessão. Como procedimentos metodológicos realizamos uma revisão bibliográfica sobre a temática e intensos debates durante estágio de pesquisa do International Institute of Social Studies⁶ (ISS), que possibilitou a reflexões sobre o tema.

⁵ A obra foi publicada pela primeira vez em 1867.

⁶ Estágio realizado durante o ano de 2017 com a orientação do Professor Saturnino Borrás Jr.

Da assim chamada acumulação primitiva a acumulação por despossessão

Antes de tudo torna-se necessário retomar aos escritos de Marx (1970) e entender o que o mesmo aborda como acumulação primitiva do capital. Ao estudar os *enclosures* de terra – *cercamentos das terras* em uma tradução livre – na Inglaterra no século XVI, (Marx, 1970, p. 959) define a acumulação primitiva como “prévia a acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida”. Ou seja é o processo de separação entre trabalhadores e meios de produção, neste caso a terra, que além de incorporar novas áreas para a expansão do capital, gera uma massa de mão-de-obra barata, formando um *exército industrial de reserva*.

Considerando o período histórico em que Marx (1970) se baseou para a formulação da acumulação primitiva, os cercamentos na Inglaterra do século XVI, o mesmo processo possui uma dupla função: além de separar o produtor do meio de produção, é aquela que dá origem ao capitalismo, por isso é assim chamada de acumulação originária. Em um contexto de corrida mundial por terras, onde há a intensificação do controle do território, chamados por alguns de *new enclosures* (COTULA, 2013), Harvey (2003) propõe a acumulação por despossessão como uma *atualização* do conceito de acumulação primitiva de Marx (1970), com a justificativa de soluções para as crises capitalistas.

A acumulação primitiva ou originária já ocorreu, e a acumulação se desenvolve como reprodução ampliada (através da exploração do trabalho vivo na produção) dentro de uma economia fechada que opera em condições de paz, propriedade e igualdade (...) Uma revisão geral do papel permanente e da persistência de práticas depredatórias de acumulação “primitiva” ou “originária” ao longo da geografia histórica da acumulação de capital é muito pertinente, tal como o assinalaram recentemente muitos analistas. Dado que denominar “primitivo” ou “originário” um processo em curso parece equivocado, daqui em diante vou substituir estes termos pelo conceito de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004, p. 108-109).

Seguindo as proposições de Amin (2010), a acumulação primitiva não é algo confinado no estágio inicial do capitalismo. Neste mesmo sentido Angelis (2012) enfatiza que a acumulação primitiva tem seu caráter histórico nas suas formas de interpretações tradicionais, mas que ainda está em curso na medida em que novos territórios e recursos são incorporados nas relações capitalistas e o controle do território [*land grabbing*], neste sentido, consiste em uma escalada geopolítica de um processo contínuo de acumulação primitiva

(MOYO, YEROS e JHA, 2012; HALL, 2013). Assim, a acumulação primitiva que ainda está em curso ocorre tanto como uma consequência da expansão do modelo de produção capitalista como uma condição prévia para o mesmo (ADNAN, 2013).

Moyo, Yeros e Jha (2012), ao se dedicarem à pesquisa da corrida por terras na África, entende que o processo está estritamente vinculado a acumulação primitiva e ao imperialismo, assim como ocorre no século XIX, porém os diferenciais agora são: o modo de acumulação altamente financiado; a entrada de agentes não ocidentais na disputa (BRICS e MICs, por exemplo) e a existência de Estados capitalistas autônomos na África, que “unlike in past, these have the potential to resist and form effective alliances on regional, continental, and inter-continental levels” (MOYO, YEROS e JHA, 2012, p. 182). O principal destaque dos autores é que o atual processo de controle do território reconfigura a relação centro-periferia, que em nenhum momento foi considerado nas obras de Harvey (2003 e 2004).

It remains important to make these points, and restore the theory of underdevelopment to its rightful place, for there is another ‘discovery syndrome’ in operation here which appropriates ideas while silencing their source (we might call it ‘*intellectual primitive accumulation*’), to the effect of producing a ‘*friendlier*’ theory of imperialism (MOYO, YEROS e JHA, 2012, p. 188 – Grifo nosso).

Isto é, Harvey (2003 e 2004) *construiu uma teoria mais amigável do imperialismo*. A ideia de Harvey (2003 e 2004) é clara: desde a década de 1970 o capitalismo global passa por uma crise de sobreacumulação, caracterizada por mão-de-obra excedente, ou seja, alta taxa de desemprego e excedente de capital, isto é, abundância de mercadoria que não pode ser vendida sem que haja perdas de capital. Nestes cenário de crise, os excedentes podem ser absorvidos de três maneiras: 1) através do deslocamento temporal dos investimentos de capital, ou seja, “jogam para o futuro a entrada em circulação dos excedentes de capital atual” (HARVEY, 2004, p. 98); 2) via deslocamentos espaciais através da entrada em novos mercado, de novas possibilidades de negócios em outros territórios não (ou pouco) incorporados pelo capital, isto significa uma expansão geográfica do capital em novas áreas, com novas dinâmicas para um antigo objetivo: acumular capital; 3) uma combinação do deslocamento temporal e espacial.

Isso é o que Harvey (2003 e 2004) intitula de ajuste espaço-temporal. Isso demonstra que o capitalismo no seu processo de busca interminável da acumulação não reconhece fronteiras sociais e espaciais (KNUTHIA, 2013). Segundo Harvey (2003, p. 149)

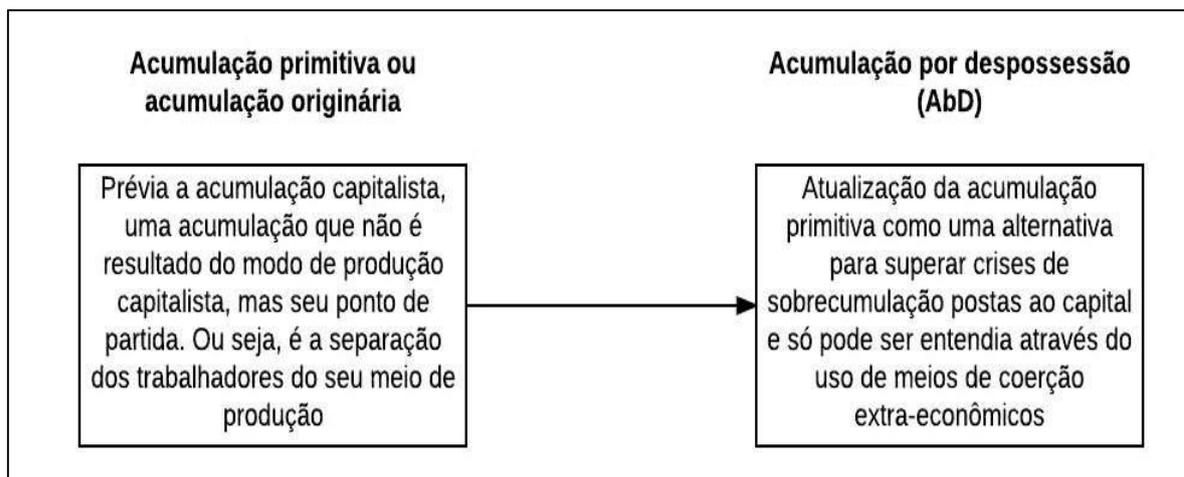
“o que a acumulação por desapropriação faz é liberar uma série de recursos (inclusive a mão de obra) a custos muito baixos (às vezes, até a custo zero). Capital sobreacumulado pode apoderar-se desses recursos e transformá-los imediatamente em uso lucrativo”.

Ao se deslocar espacialmente, o capital incorpora territórios que antes não estavam sob a sua lógica e a forma mais recorrente desta incorporação é via acumulação por despossessão. A acumulação por despossessão, segundo Harvey (2003 e 2004) ocorre de maneira ampla, desde a depredação e privatização de bens ambientais comuns e globais até privatização de ativos públicos, como o caso da universidades. Neste sentido argumentamos que o controle do território (*land grabbing*) é o exemplo mais evidente para compreender o ajuste espaço-temporal e a acumulação por despossessão, porque apesar de ser um processo histórico, o interesse global em terras agrícolas emergiu a partir de 2007/2008, inaugurando uma nova fase do processo de controle do território marcada pela intensidade e velocidade (COGUETO, 2014).

Diante deste processo, muitas comunidades foram desterritorializadas – de modo violento ou não – para que o capital pudesse exercer o controle sobre o território. Adiantamos que a questão da despossessão é um tanto quanto problemática, uma vez que há quem compreenda que só há o controle do território (*land grabbing*) quando há a desterritorialização⁷ violenta daqueles que viviam anteriormente na terra (LEVIEN, 2012), e assim ocorreria a acumulação por despossessão. Defendemos aqui que para que haja o *land grabbing* não é necessário a desterritorialização violenta, pois no período atual há outras – e mais sofisticadas - formas de desterritorialização através das relações de poder e que o *land grabbing* pode ocorrer sem a desterritorialização, sem a posse legal de propriedade (McKAY, 2017), através da territorialidade do capital. O Organograma 01 evidencia os processos de acumulação primitiva e acumulação por despossessão.

Organograma 01. Acumulação primitiva e acumulação por despossessão segundo Marx (1867) e Harvey (2003).

⁷ Por desterritorialização compreendemos como a retirada de um sujeito ou agente de seu território, ou seja, o movimento pelo qual se abandona ou se é expulso do território. A desterritorialização possui uma dimensão dupla, comportando a territorialização e reterritorialização. Um exemplo é desterritorialização do campesinato em prol da territorialização do agronegócio da soja no Paraguai (PEREIRA, 2018). Todo processo de desterritorialização envolve uma reterritorialização e produz uma nova territorialidade. Estes três processos [territorialização, desterritorialização e reterritorialização] são indissociáveis, uma vez que a territorialização do capital internacional envolve a desterritorialização de uma produção agrícola ou de camponeses e, conseqüentemente, a reterritorialização deste em outro território.



Org. Autora (2018).

Diferentes pesquisadores notaram semelhanças entre as aquisições de terras atuais - e consequente desterritorialização de camponeses, indígenas e demais povos tradicionais - e aos cercamentos na Inglaterra no século XVI, ou seja, com a acumulação primitiva. Deste modo relacionaram os 'news enclosures' (COTULA, 2013) nos quais intitulam de *atual land grabbing* - às apreensões de terra cruciais para séculos de imperialismo e expansão capitalista (HALL, 2013), pois o atual *land grabbing* é essencial para a expansão e acumulação capitalista em um contexto de crise de sobreacumulação. A abordagem da acumulação por despossessão sugere que o mesmo é caracterizado como um processo derivado de forças globais.

Sassen (2010) foi uma das pesquisadoras que se dedicou a relação entre *land grabbing*, acumulação primitiva e acumulação por despossessão. A autora destaca que a acumulação primitiva não se refere apenas a uma lógica de acumulação que resulta na despossessão, como também uma forma de incorporar as economias não capitalistas nas relações de produção capitalistas, ou seja, faz parte da história do capitalismo. A mesma lógica é destacada por Lobos (2013), segundo o qual a acumulação por despossessão implica em uma territorialização do capital em territórios onde o mesmo não exercia dominação. Contudo Sassen (2010) também destaca que isso sugere que a acumulação primitiva não é aplicável atualmente, visto que o mundo já foi incorporado pelas relações de produção capitalista, caminhando no sentido da crítica de Levien (2012 e 2013).

Um ponto interessante de Sassen (2013 e 2016) é que na fase atual do capitalismo global, a extensão das relações capitalistas tem seus próprios mecanismos, distintos daqueles observados em outros momentos, como na Inglaterra do século XVI e durante o

imperialismo nos séculos XIX e XX. A tese defendida por Sassen (2010) é que o que está em questão é mais a separação do produtor dos meios de produção, como propõe a acumulação primitiva formulada por Marx (1970), mas sim a destruição das formas de capitalismo tradicional para extrair ao máximo para o aprofundamento do capitalismo avançado. Ao invés de despossessão, Sassen (2010 e 2016) utiliza o termo expulsão, pois a lógica é a expulsão das pessoas e a destruição das formas tradicionais de mecanismos para alimentar as necessidades do capitalismo.

Para Adnan (2013), a acumulação por despossessão incorpora novos mecanismos e arranjos e ao buscar compreender as diferenças entre acumulação primitiva e por despossessão destaca que ao contrário da acumulação primitiva, a por despossessão não aborda a transformação das relações de produção pré-existentes na origem do capitalismo e, na sua essência, está preocupada com a expansão de um modelo de produção capitalista já existente.

ABD does incorporate new mechanisms and institutional arrangements feeding resources into capitalist production under neoliberal globalisation, which did not operate in Marx's time. However, the very focus on neoliberal globalisation means that the concept of ABD does not necessarily incorporate mechanisms of dispossession feeding capitalist expansion during the preceding historical period, particularly the middle decades of the twentieth century (ADNAN, 2013, p. 96).

Kinuthia (2013), através da pesquisa sobre a acumulação por despossessão via indústria extrativista no Canadá destaca outro aspecto da assim chamada acumulação primitiva, que a mesma não constitui em apenas separar o produtor do meio de produção, mas de impedir a criação e permanência de meios alternativos de subsistência. Argumentamos neste artigo que isso é uma dimensão do *land grabbing*. Kinuthia (2013) conclui que em um contexto de globalização neoliberal, o principal meio pelo qual ocorre a acumulação por despossessão tem sido via liberalização dos mercados em todo o mundo através de instituições multilaterais como Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Estas instituições de fato influenciam no controle do território pelas corporações transnacionais, mas não apenas no controle material, mas também imaterial, através do discurso de terras marginais e de investimentos necessários para garantia da segurança alimentar.

Já Ince (2013), ressalta que há diferentes linhas de interpretação sobre o atual *land grabbing*, dentre estas a que mais se destaca é o *land grabbing* como acumulação primitiva de

capital pelo qual as terras do Sul global são cercadas [*enclosures*] e alienadas ao capitalismo global. Ince (2013) entende a acumulação primitiva como um processo em curso e cíclico – que se intensifica em momentos de crise - indispensável para a reprodução do capital, uma vez que o capitalismo necessita do domínio do território e das relações pré ou não capitalistas para garantir sua acumulação. O interessante da proposta de Ince (2013) é a necessidade da expansão do conceito de acumulação primitiva, considerando que está não ocorre apenas via desterritorialização, mas também através da integração.

The actor change but the script remains quaintly familiar: the enclosures of common lands, the expropriation of the peasantry, and the rise of free labor (...) The capacious notion of primitive accumulation I elaborate here captures the element of extraeconomic coercion and extralegal violence operative in the reorientation of relations of social reproduction in metropolitan and provincial sites, as well as in the formation of imperial flows of people, commodities, and knowledge's that interlace these sites into global archipelagoes of accumulation (INCE, 2013, p. 109-110).

Como a acumulação por despossessão como atualização da acumulação primitiva não é consenso, diferentes pesquisadores tem formulado outras possibilidades de acumulação. Araghi (2009) por exemplo, através da acumulação por despossessão, propôs o conceito de *accumulation by displacement*, traduzido para o português como acumulação por deslocamento. Araghi (2009) aborda o *land grabbing* como '*great global enclosures of our times*', realizando uma conexão com a acumulação primitiva de Marx. Segundo Araghi (2009) o conceito de acumulação por deslocamento denota a apropriação global de terras, bem como a apropriação global da força de trabalho migratória, baseada na desterritorialização de camponeses e indígenas que anteriormente se autor-reproduziam. O autor considera as múltiplas formas que os cercamentos de nosso tempo pode ocorrer, como a apropriação da natureza excedente.

Neste mesmo sentido Costantino (2016), ao estudar a estrangeirização da terra na Argentina e baseada em Patnaik (2005)⁸ propõe a acumulação por expansão, que significa a reprodução do capital da produção de recursos que já estava mercantilizados, isto é, se trata do investimento de capital na compra de meios de produção privados e de força de trabalho, “en terminos generales, este mecanismo tambien puede ser visto como una especie de

⁸ Patnaik (2005) propõe a existência de dois tipos de acumulação: 1) acumulação por expansão, no qual a expansão do capital ocorre sem o deslocamento da produção para fora do setor capitalista; 2) acumulação por invasão, ou seja, o capital cresce através da expropriação.

desposicion (como en el caso anterior) pero en lugar de ser por medio de la fuerza en este caso sería por medio del mercado, la “coercion sorda de las relaciones economicas” (COSTANTINO, 2016, p. 143). A proposta de Costantino (2016) é bastante pertinente porque incorpora na análise a apropriação de terras privadas e via mercado, o que é negligenciado por muitos pesquisadores pois entendem que a acumulação por despossessão e conseqüentemente *land grabbing* ocorrem exclusivamente via *cercamento* de terras públicas e de uso comum. Defendemos que em um mundo contemporâneo, onde o regime de propriedade da terra é majoritariamente privado⁹, abordar a acumulação por despossessão e o *land grabbing* como processos que ocorrem através do *cercamento* de terras públicas e de uso comum é um equívoco e escamoteia e reduz a natureza dos processos.

O *land grabbing* e a acumulação por despossessão

De acordo com a breve revisão bibliográfica realizada sobre acumulação primitiva e acumulação por despossessão, conceituar o *land grabbing* em termos de acumulação por despossessão implica que a desterritorialização obrigatoriamente deve ocorrer quando o *land grabbing* se materializa. Compreendendo o *land grabbing* como uma resposta a convergência de múltiplas crises, encoraja a suposição que as desterritorializações [despossessões] também são massivas, o que não é realidade (HALL, 2013). Há uma superestimação do processo, dos impactos gerados por estes e das resistências (HALL, EDELMAN, BORRAS JR., SCOONES, WHITE e WOLFORD, 2015). Segundo Makki e Gisler (2011, p. 03):

Imperial and capitalist forms of enclosures have been a constitutive feature of the international expansion of the capitalist world market over the past few centuries. Enclosures both precondition and recondition capital accumulation and represent far more than the mere fencing and bounding of open fields, pastures, and woodlands. They signify the processes through which common lands were integrated into market relationships, the hallmark of which was the displacement of commoners and their gradual conversion to wage labor (Marx 1867). This involved the refashioning of land into a commodity through its disenchantment as a lineament of nature and moral economies.

⁹ Essa é uma diferença entre o *land grabbing* na América Latina e África. Na África a apropriação de terras ocorre em áreas de uso comum, onde comunidades inteiras são desterritorializadas para a privatização da terra, ocorre uma transformação no regime de propriedade, por isso os impactos são distintos. Na América Latina, o *land grabbing* ocorre majoritariamente em terras já privatizadas e através de relações de mercado, mas isso não significa que não haja impactos ou desterritorializações, na realidade evidencia as estratégias mais perversas do capital utilizando do poder, do acesso e do controle. Nas palavras de Hetherington (2014, p. 175) “vemos una sutil reconfiguración de las practicas asociadas con la propiedad privada de tal forma que favorecen al capital”.

Levien (2012, 2013 e 2014) reconhece o mérito de Harvey (2003) na formulação da acumulação por despossessão devido ao fato de fornecer um termo distinto para as desterritorializações que ocorrem no bojo do capitalismo avançado, indicando processos como o do capital global encontrar novos mercados para superar a crise de sobreacumulação. A crítica de Levien (2012, 2013 e 2014) está no mesmo sentido de Sassen (2010), pois nas obras de Harvey (2003, 2004 e 2018) não há referência da acumulação primitiva como acumulação originária, isto é, como condição para o desenvolvimento do capitalismo.

A acumulação por desapropriação representa um avanço significativo em relação à acumulação primitiva, justamente em virtude de sua capacidade de compreender diversas desapropriações contemporâneas em suas formas específicas aos seus setores e localizações geográficas dispersas e cuja relevância para o capital – pelo menos em seu sentido aproximado – se encontra mais no bem expropriado do que no dono desapropriado (LEVIEN, 2014, p. 33).

Neste sentido, Levien (2012, 2013 e 2014) realiza uma análise crítica da formulação de acumulação por despossessão, afirmando que não pode ser considerada como sinônimo de acumulação primitiva e sim é um processo centrado no uso da força extra-econômica para o processo de acumulação, uma vez que a acumulação por despossessão não cria pré-condições para a acumulação capitalista – como a acumulação primitiva formulada por Marx – mas sim implanta a coerção extra-econômica no processo de acumulação¹⁰.

O que Harvey fez foi, então, tomar os aspectos interno e externo da acumulação primitiva descrita por Marx e argumentar que eles continuam presentes no capitalismo avançado, não pelo fato de gerarem as condições do capitalismo, mas por serem, eles mesmos, as condições para sua expansão contínua. A acumulação por desapropriação representa uma reunião parcial das abordagens interna e externa, pois inclui processos de cercamento agrário realizados por estados domésticos (para represas, zonas econômicas especiais etc.), arraigando-os numa lógica do capital global, no qual os países do Norte continuam sendo seus agentes principais (permanecendo assim, em última análise, uma teoria de imperialismo). No entanto, mesmo que Harvey atribua a desapropriação a uma função mais nova e mais contemporânea do que Marx, ele preserva intacta a ambiguidade fundamental de Marx: *a acumulação por desapropriação é definida pela sua função para o capital ou pelos meios específicos a ela?* (LEVIEN, 2014, p. 34 – grifo nosso).

¹⁰ De Angelis (2012) distingue a acumulação entre primitiva e propriamente dita, onde a principal diferença entre as duas não é o tempo histórico, mas sim os meios, enquanto a acumulação propriamente dita utiliza coerção através de relações econômicas, a acumulação primitiva usa a força direta extra-econômica (MARX, 1970).

A discordância de Levien (2012, 2013 e 2014) em relação a acumulação por despossessão é que Harvey (2003) entende a acumulação por despossessão como primeiramente econômica e não extra-econômica. Enquanto Levien (2014) argumenta que a acumulação por despossessão deveria se “referir a processos que fornecem mercados para o capital através de meios extra-econômicos” (LEVIEN, 2014, p. 34)¹¹. Nossa questão é: se partimos do princípio de Levien (2012, 2013 e 2014), em que a despossessão via meios extra-econômicos, ou seja, envolvendo força, violência e coerção, é requisito obrigatório para a ocorrência da acumulação por despossessão, o *land grabbing* via ações de mercado, que é o mais comum na América Latina, visto que o regime de propriedade da terra já é privado e que da mesma maneira resulta em despossessão, não se caracteriza como acumulação por despossessão? O *land grabbing* deve necessariamente envolver desterritorialização?

Segundo Levien (2012) isto significa que a única forma coerente de definir acumulação por despossessão é o uso da coerção extra-econômica para desterritorializar produtores, expropriar meios de produção para a acumulação de capital. Não é simplesmente um processo econômico de captação de capital sobreacumulado, mas sim um processo político no qual Estados, empresas e fundos de investimento utilizam da força para os capitalistas superarem barreiras postas à acumulação. Deste modo, só faz sentido falar de *land grabbing* quando os produtores são desterritorializados, ou seja, não utilizando meios que sejam as compras e arrendamento de terras voluntários no mercado, a desterritorialização forçada sustenta a acumulação de capital (LEVIEN, 2012).

Adnan (2013) argumenta que quando as classes não capitalistas já detêm a propriedade da terras - camponeses, indígenas e demais – os capitalistas que desejam aquela terra devem necessariamente estabelecer o seu direito sobre as tais por qualquer meio que seja viável. Isso levanta novamente a questão da transferência involuntária da terra através dos métodos utilizados pela coerção extra-econômica, ou seja, mecanismos não mercantis, deve ser ou não uma característica que define a acumulação por despossessão.

¹¹ Levien (2013 e 2014) propõe os “regimes de despossessão”, “se um regime de produção (ou um regime de fábrica) representa um meio institucionalizado para extrair trabalho extra de trabalhadores (Burawoy, 1985), um regime de desapropriação representa um meio institucionalizado para expropriar ativos de seus donos ou usuários atuais. Ele apresenta dois componentes essenciais: um Estado disposto a desapropriar em nome de um conjunto específico de propósitos econômicos vinculados a interesses de classes específicos e um meio de gerar consentimento a essa desapropriação. Esses dois estão intrinsecamente interligados” (LEVIEN, 2014, p. 37).

However, despite these considerations, deliberate use of force for direct expropriation is not the only possible way in which the objectives of primitive accumulation can be attained in terms of procuring land and labor power for capitalist production (ADNAN, 2013, p. 93).

O processo atual de corrida mundial por terras por empresas (trans) nacionais, Estados e fundos de investimento é composto por uma diversidade de estratégias utilizadas por estes agentes para controlar o território. Borrás Jr, Liu, Hu, Li, Wang, Xu, Franco e Ye (2018) argumentam que a coerção extra-econômica pode assumir formas mais sutis, que não envolvam necessariamente a imposição física e com violência para a desterritorialização ou alteração no uso territorialidade. Através da leitura de Levien (2012, 2013 e 2014) propomos dois grandes agrupamentos de estratégias. Um primeiro seria a apropriação de terras via mercado, onde a apropriação via compra ou arrendamento é realizada de forma - muitas vezes legal do ponto de vista jurídico - e onde não há a violência e desterritorialização forçada de camponeses, indígenas e demais comunidades, ou seja, apropriação por via econômica. O segundo grupo corresponde à apropriação de terra através de métodos extra-econômicos, isto é, utilizando da força e violência para desterritorializar camponeses, indígenas e demais comunidades. É justamente neste segundo grupo de estratégias que o *land grabbing* pode ser definido através da proposta de acumulação por despossessão.

O uso da coerção extra-econômica para a desterritorialização direta não pode ser considerada como a única maneira possível em que os objetivos da acumulação de capital possam ser alcançados em termos de apropriação de terras e mão-de-obra para a produção capitalista, porque outros meios além da desterritorialização direta podem ser utilizados para possibilitar a venda da terra desejada. Este apontamento de Adnan (2013) cabe para o caso da nossa pesquisa, em que nos questionamos até que ponto as transações de terra inseridas no primeiro grupo são voluntárias e não devem ser consideradas como acumulação por despossessão.

Outro ponto que merece destaque é a diversidade de agentes que controlam e acessam o território de diferentes estratégias, variando de acordo com a construção histórico-social e intencionalidades. Cada vez mais corporações transnacionais e fundos de investimentos utilizam estratégias mais sutis de controle do território, não implicando necessariamente na desterritorialização, mas resultando em outros impactos, como perda da soberania alimentar, desmatamento e criminalização de movimentos de luta pela terra. Ademais, há o papel essencial do Estado, que não atua apenas como 'comprador' ou

‘vendedor’ de terras, mas como um agente legitimador¹² do processo. O papel do Estado é negligenciado nas análises que relacionam *land grabbing* e acumulação por despossessão.

Tomamos como exemplo o caso do Paraguai, quando camponeses de uma comunidade não desejam vender voluntariamente suas terras para a produção de soja, as empresas realizam pulverizações aéreas de agroquímicos em cima das propriedades, não prejudicando apenas a produção agrícola, mas colocando em risco a saúde e até mesmo a vida da família. Diante deste contexto, os camponeses vendem as suas terras via mercado. A estratégia utilizada pelas empresas para a desterritorialização dos camponeses pode ser considerada como violenta?

Ainda referente ao Paraguai, Valdez (2017) destaca que as terras das colônias nacionais, que corresponde aos assentamentos de reforma agrária, são considerada pelos grandes produtores de soja como um território necessário para a expansão de produção e posterior acumulação. Assim, empresários, sobretudo brasileiros, oferecem um montante de dinheiro para a aquisição de lotes em colônias nacionais, o que é proibido segundo a Lei n.1.863/02, que estabelece o Estatuto Agrário do Paraguai.

Seguindo a proposta de Levien (2012 e 2013), esta forma de apropriação da terra estaria classificada como apropriação de terra via mercado – que ocorreu de forma jurídica legal, pois a empresa passa a ter o título de propriedade legal – não poderia ser compreendida como acumulação por despossessão, visto que a compra e venda foi aparentemente “voluntária”. Nossa provocação é: até que ponto as transações de terra via mercado são “voluntárias” ou expressão da forma violência que o capitalismo se realiza no espaço rural? E os demais impactos como o êxodo rural, a perda da soberania alimentar, a concentração da terra e de renda, o desmatamento, como devem ser considerados?

Considerações finais

O presente nada mais é do que uma sequela (EDELMAN, 2016) e a reformulação da acumulação primitiva de Marx (1970) através da acumulação por despossessão evidencia isso. Historicamente o capital necessita de novos ajustes espaciais (HARVEY, 2003) para garantir a sua acumulação de capital e no contexto particular do século XXI, novas formas de controle e acesso emergem, tornando o processo ainda mais complexo. Apesar do *land grabbing* consistir em um processo antigo, a sua materialização e crescente expansão no século

¹² O Estado legitima através do discurso da necessidade de investimentos em terras como uma alternativa para diminuição da pobreza e crescimento da economia, através de legislações que permitem o *land grabbing*, por meio de políticas públicas que favorecem agentes atuantes no processo e pela criminalização da luta pela terra.

XXI nos permite o caracteriza-lo como único. Ademais, como a evolução do conhecimento científico acompanha o movimento da realidade, emergem uma diversidade de pesquisas sobre o processo, resultando uma verdadeira corrida acadêmica (SAUER e BORRAS JR., 2016).

Apesar das controvérsias e discursos, defendemos que nem todos os casos de *land grabbing* culminam na despossessão. Como o *land grabbing* é resultado de processos multiescalares globais e locais em interação no espaço e tempo, a materialização do mesmo em cada local é única, assim não se configura como um processo homogêneo. Cada local possui agentes, estratégias, impactos e resistências específicas. O *land grabbing* não culmina necessariamente em desterritorialização, pois como argumentaremos, o controle não necessita da propriedade legal da terra, porque há novas formas e mecanismos de controle e acesso em diferentes dimensões, cada vez mais sofisticados e mais difíceis de identificar.

Quando a materialização do *land grabbing* resulta na acumulação por despossessão, a mesma deve ser entendida através de diferentes formas, isto é, ocorre via mercado (HARVEY, 2003) e por meios extra-econômicos (LEVIEN, 2012, 2013 e 2014). Assim, se ignorarmos todas as formas e meios de controle do território – via mercado ou extra-econômicos – não compreenderemos a totalidade complexa do *land grabbing*. Por fim, além da despossessão, há outros impactos que frequentemente não são considerados, como perda das soberanias – alimentar, econômica e cultural; concentração fundiária e de renda; impactos ambientais e criminalização da luta pela terra. A despossessão é o último e mais grave impacto, porém não é o único.

Referências

ADNAN, Shapan. Land grabs and primitive accumulation in deltaic Bangladesh: interactions between neoliberal globalization, state interventions, power relations and peasant resistance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 01, p. 87-128, 2013.

ALONSO-FRADEJAS, Alberto. Anything but a story foretold: multiple politics of resistance to the agrarian extractivist project in Guatemala. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p. 489-515, 2015.

AMIN, Samir. Exiting the crises of capitalism or capitalism in crisis? **Globalizations**, v. 7, n. 1-2, p. 261-273, 2010.

ANGELIS, Massimo De. Marx y la acumulación primitiva. El carácter continuo de los ‘cercamientos’ capitalistas. **Theomai**, n.26, p. 01-20, 2012.

ARAGHI, Farshad. Accumulation by displacement: global enclosures, food crisis and the ecological contradictions of capitalism. **Political Economy Perspectives on the World Food Crises**, v. 32, n. 1, p. 113-146, 2009.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series**, The Hague, 2010.

BORRAS JR., Saturnino; LIU, Juan; HU, Zhen; LI, Hua; WANG, Chunyu, XU, Yunan; FRANCO, Jennifer; YE, Jingzhong. Land control and crop booms inside China implications for how we think about the global land rush. **Globalizations**, v. 15, n. 1, p. 134-151, 2018.

COGUETO, Jaqueline Vigo. O papel ativo do espaço e land grabbing: tecnosfera e psicofera na transformação da terra agrícola em ativo financeiro. XII Encontro Nacional da ANPEGE - Geografia, Ciência e Política - Do pensamento à ação, da ação ao pensamento. Porto Alegre (RS). **Anais...Porto Alegre: XII ENANPEGE**, 2017.

COSTANTINO, Agostina. El capital extranjero y el acaparamiento de tierras: conflictos sociales y acumulación por desposesión en Argentina. **Revista de Estudios Sociales**, n. 55, v. 01, p. 137-149, 2016.

COTULA, Lorenzo. The international political economy of the global land rush: a critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 649-680, 2012.

_____. The new enclosures? Polanyi, international investment law and the global land rush. **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.605-1.629, 2013.

_____. **Addressing the human rights impacts of land grabbing**. Brussels: Policy Department DG External Policies, European Parliament, 2014.

EDELMAN, Marc. **Estudios agrarios críticos: tierras, semillas, soberanía alimentaria y derechos de las y los campesinos**. Quito: Editorial IAEN, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2011.

GILBERT, Jérémie. **Land grabbing, investment and indigenous peoples' rights to land and natural resources: cases studies and legal analysis**. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), 2017.

HALL, Derek. Primitive accumulation, accumulation by dispossession and the global land grab. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 9, p. 1582-1604, 2013.

HALL, Ruth; EDELMAN, Marc; BORRAS JR., Saturnino; SCOONES, Ian; WHITE, Ben; WOLFORD, Wend. Resistance, acquiescence or incorporation? Na introduction to land grabbing and political reactions 'from below'. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p.467-488, 2015.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. O 'novo' imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

_____. **A loucura da razão econômica** – Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

INCE, Onur Ulas. Primitive accumulation, new enclosures, and global land grabs: a theoretical intervention. **Rural Sociology**, v. 79, n. 1, p. 104-131, 2013.

KINUTHIA, Wanyee. **'Accumulation by dispossession' by the global extractivism industry**: the case of Canada. Dissertação (master degree in Globalization and International Development), School of International Development and Global Studies, Faculty of Social Science, University of Ottawa, 2013.

LEITE, Sérgio Pereira. Dinâmicas de terras em América Latina. **Conferencia final del X Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (X ALASRU)**. Montevideo, Uruguay, 29 nov. 2018.

LEVIEN, Michael. The land question: Special Economic Zones and the political economy of dispossession in India. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 933-969, 2012.

_____. **Regimes of dispossession**: Special Economic Zones and the Political Economy of Land in India. Thesis (PhD in Sociology) University of California at Berkeley, 204 f, 2013.

_____. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 21-53, 2014.

LOBOS, Damian Andres. Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano. **Revista NERA**, ano 16, n. 22, p. 43-54, 2013.

MARX, Karl. **Capital I**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

McKAY, Ben. **The politics of control**: new dynamics of agrarian change in Bolivia's soy complex, 2017, 290 f. Tese (PhD in Agrarian Studies) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2017.

MOREDA, Tsegaye. Listening to their silence? The political reaction of affected communities to large-scale land acquisitions: insights from Ethiopia. **The Journal of Peasant Studies**, v.42, n. 3-4, p. 517-539, 2015.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen, Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. The geopolitics of Brazilian soybeans. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 348-372, 2016.

PATNAIK, Prabhat. The economics of the new phase of imperialism. **MacroScan**, 2005.

PEREIRA, Lorena Izá. Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 64-89, 2018.

SASSEN, Saskia. A savage sorting of winners and losers: contemporary versions of primitive accumulation. **Globalizations**, v. 7, n. 1, p. 23-50, 2010.

_____. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

_____. **Expulsões - Brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

SMALLEY, Rebecca; CORBERA, Esteve. Large-scale land deals from the inside out: findings from Kenya's Tana Delta. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 1039-1075, 2012.

SPADOTTO, Bruno Rezende; SAWELJEW, Yuri Martenauer; FREDERICO, Samuel; PITTA, Fábio Teixeira. Financial capital, land grabbing, and multiscale strategies of corporations specializing in the land Market in the Matopiba region (Brazil). The 5th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies October 13-16, 2017, RANEP, Moscow, Russia. **Anais....Moscow: V BICAS**, 2017.

VALDEZ, Sintya. **Resistencia campesina ante la expansión sojera**. Asunción: CERI, 2017.

Submetido em: dezembro de 2018.

Aceito em: abril de 2019.